MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral do Ensino

Portaria n.º 14 291

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, que sejam requeridos perante o mesmo Ministro, por analogia com o estabelecido em relação aos professores dos liceus do ultramar, os aumentos de vencimentos por diuturnidades a que têm direito os professores do ensino profissional industrial e comercial, por força do n.º 11.º da Portaria n.º 13 885, de 15 de Março de 1952, e artigo 4.º do Decreto n.º 38 972, de 28 de Outubro do mesmo ano, e bem assim que a contagem de tempo se faça nas mesmas condições legais estabelecidas para os professores dos liceus:

Ministério do Ultramar, 7 de Março de 1953.— O Ministro do Ultramar, *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues*.

Portaria n.º 14 292

Atendendo às circunstâncias criadas pela regularização das secções femininas dos Liceus Salvador Correia e Salazar, respectivamente de Luanda e Lourenço Marques, resultante da execução do artigo 1.º do Decreto n.º 38 678, de 17 de Março de 1952, e à necessidade de suprir algumas omissões na aplicação do Estatuto do Ensino Liceal ao Ultramar: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do § 2.º do artigo 91.º da Carta Orgânica do Ultramar Português, o seguinte:

1.º Ao artigo 12.º do Estatuto do Ensino Liceal, constante do Decreto n.º 36 508, de 17 de Setembro de

1947, e posto em vigor no ultramar pela Portaria n.º 12 238, de 9 de Janeiro de 1948, é aditado o seguinte número:

3.º Nos liceus com secção feminina, os restantes serviços docentes constituem a secção mista, que se destina à frequência masculina e à feminina dos anos de cursos não ministrados na primeira.

2.º É aplicado ao ultramar o artigo 90.º do referido Estatuto, com a seguinte redacção:

Art. 90.º De futuro não poderá ser colocado pessoal do sexo masculino nos quadros docentes das secções mistas.

3.º Ao artigo 92.º do mesmo estatuto é aditado o seguinte número:

3.º O contrato de professores de Canto Coral, Educação Física e Lavoros Femininos é precedido de concurso documental, nos termos estabelecidos para idênticos lugares dos liceus da metrópole, e sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Decreto n.º 38 963, de 24 de Outubro de 1952.

4.º Compete aos governadores exercer a atribuição prevista no n.º 3.º do artigo 154.º ainda do mesmo estatuto.

Ministério do Ultramar, 7 de Março de 1953.— O Ministro do Ultramar, *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Estado da Índia e Macau.— *M. M. Sarmiento Rodrigues*.